



EDITAL 002/2025 – Concurso Público

CADERNO DE QUESTÕES

**ESTÁGIO – Cobrança Jurídica, Secretaria de Assuntos
Jurídicos e Núcleo de Práticas Jurídicas**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

NÃO ABRA ESTE CADERNO SEM AUTORIZAÇÃO DO FISCAL

- Esta prova contém 20 questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas por questão, das quais apenas 1 (uma) estará correta e espaço para elaboração de 01 (uma) redação de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
- Não rasure e nem amasse a folha de prova. Não use corretivo.
- Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de equipamentos mecânicos, eletrônicos ou ópticos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados, informações ou similares.
- Durante a realização das provas, não será permitido o empréstimo de qualquer material.
- Iniciada a prova, o candidato somente poderá ausentar-se acompanhado de um fiscal.
- É expressamente proibida, durante a realização da prova, a consulta de qualquer material: livros, códigos, legislação em geral, régua de cálculo e outros.
- Será desclassificado do Concurso o candidato que proceder com improbidade, indisciplina, falta de decoro ou que adotar comportamento incorreto ou descortês para com quaisquer dos fiscais ou membros da Comissão de Concurso, seus auxiliares ou autoridades presentes.
- Os dois últimos candidatos que terminarem a prova deverão sair juntos.

**Duração total: 3h00 horas
PERMANÊNCIA MÍNIMA NA SALA: 30 Minutos.**

Nome:	CPF:
Assinatura:	

QUESTÃO 01

1 - Art. 5º da Constituição federal: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato;

V - É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Assinale a alternativa correta:

a) ☐ I, II e IV são verdadeiras

b) ☐ III, IV e V são verdadeiras

c) ☐ IV é falsa

d) ☐ I, II e IV são falsas

QUESTÃO 02

2 - Conforme Art. 21 da Constituição Federal, compete à União:

I - Manter relações com Estados estrangeiros, mas não participar de organizações internacionais;

II - Declarar a guerra e celebrar a paz;

III - Assegurar a defesa nacional;

IV - Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V - Decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

Assinale a alternativa correta:

a) ☐ I, e III são verdadeiras

b) ☐ I e II são verdadeiras

c) ☐ I, II, III e são verdadeiras

d) ☐ I é falsa

QUESTÃO 03

3 – De acordo com o Art. 102 da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do

Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

d) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 04

4 - De acordo com o Art. 67 da Lei nº 5452, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho:

Será assegurado a todo empregado um descanso semanal, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte. O descanso semanal deve ter quantas horas consecutivas?

- a) ☐ 08 horas
- b) ☐ 24 horas
- c) ☐ 12 horas
- d) ☐ 06 horas

QUESTÃO 05

5 – De acordo com os Art. 76, 77 e 78, da Lei nº 5452, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, temos respectivamente:

I - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

II - A fixação do salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, em retribuição ao serviço prestado, compete às Comissões de Salário Mínimo, na forma que este Capítulo dispõe.

III - Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) ☐ I, e III são verdadeiras
- b) ☐ I e II são verdadeiras
- c) ☐ Todas as afirmações são falsas
- d) ☐ Todas as afirmações são verdadeiras

QUESTÃO 06

6 – Referente à Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA:

a) É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal .

- b)** É a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- c)** É órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.
- d)** É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

QUESTÃO 07

7 - Assinale a alternativa CORRETA sobre a competência do Juizado Especial Cível, conforme Lei nº 9.099/95:

- a)** O Juizado Especial Cível tem competência para julgar qualquer causa cível, independentemente do valor da ação.
- b)** As causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública estão incluídas na competência do Juizado Especial.
- c)** O Juizado Especial pode julgar ações possessórias sobre bens imóveis, desde que o valor não ultrapasse quarenta vezes o salário mínimo.
- d)** A opção pelo procedimento do Juizado Especial não exige renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido na lei.

QUESTÃO 08

8 - Assinale a alternativa CORRETA sobre as partes no processo instituído pela Lei nº 9.099/95:

- a)** O incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil podem ser partes no processo.
- b)** O incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil não podem ser partes no processo instituído por esta Lei.
- c)** Apenas o incapaz e o preso estão impedidos de ser partes no processo.
- d)** A massa falida pode ser parte no processo, mas o insolvente civil está impedido.

QUESTÃO 09

9 - Assinale a alternativa CORRETA sobre os atos processuais e a contagem de prazos, conforme os a Lei nº 9.099/95:

- a)** Os atos processuais serão sempre realizados em horário comercial, sendo vedada a sua realização no período noturno.
- b)** A contagem de prazo para a prática de qualquer ato processual será feita em dias corridos, incluindo os finais de semana.
- c)** A contagem de prazos será realizada apenas em dias úteis, tanto para a prática de atos processuais quanto para a interposição de recursos.
- d)** Os atos processuais podem ocorrer no período noturno, mas a contagem de prazos será em dias corridos.

QUESTÃO 10

10 - Assinale a alternativa CORRETA sobre a admissibilidade da ação monitória, conforme o Código de Processo Civil:

- a) A ação monitória é inadmissível em face da Fazenda Pública, mesmo que se trate de dívida não tributária.
- b) A ação monitória é admissível em face da Fazenda Pública, desde que seja de natureza tributária.
- c) A ação monitória é inadmissível em face da Fazenda Pública, sendo vedada em qualquer circunstância.
- d) A ação monitória é admissível em face da Fazenda Pública.

QUESTÃO 11

11 - Assinale a alternativa CORRETA sobre a desistência da ação, conforme o Código de Processo Civil:

- a) A desistência da ação produzirá efeitos imediatamente, sem a necessidade de homologação judicial.
- b) A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
- c) A desistência da ação é irreversível e produz efeitos imediatamente, independentemente da homologação judicial.
- d) A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial, salvo se a ação for de competência exclusiva do juiz de primeiro grau.

QUESTÃO 12

12 - Assinale a alternativa CORRETA sobre os prazos para o juiz proferir os atos processuais, conforme Código de Processo Civil:

- a) O juiz proferirá os despachos no prazo de 10 dias, as decisões interlocutórias no prazo de 5 dias e as sentenças no prazo de 30 dias.
- b) O juiz proferirá os despachos no prazo de 5 dias, as decisões interlocutórias no prazo de 10 dias e as sentenças no prazo de 30 dias.
- c) O juiz proferirá os despachos no prazo de 30 dias, as decisões interlocutórias no prazo de 5 dias e as sentenças no prazo de 10 dias.
- d) O juiz proferirá as decisões interlocutórias no prazo de 30 dias, as sentenças no prazo de 10 dias e os despachos no prazo de 5 dias.

QUESTÃO 13

13 - Assinale a alternativa CORRETA sobre o prazo para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, conforme o Código de Defesa do Consumidor:

- a) O direito de reclamar caduca em trinta dias para produtos duráveis e noventa dias para produtos não duráveis.
- b) O direito de reclamar caduca em trinta dias para serviços e produtos não duráveis e noventa dias para produtos duráveis.
- c) O direito de reclamar caduca em noventa dias para serviços e produtos não duráveis e trinta dias para produtos duráveis.

d) O direito de reclamar caduca em noventa dias para serviços e produtos duráveis e trinta dias para produtos não duráveis.

QUESTÃO 14

14 - Assinale a alternativa CORRETA sobre a convocação de audiência pública, conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

- a)** A Administração deverá convocar audiência pública, com antecedência mínima de 10 dias úteis, sobre licitação que pretenda realizar.
- b)** A Administração poderá convocar audiência pública, com antecedência mínima de 8 dias úteis, sobre licitação, com a disponibilização prévia de informações pertinentes.
- c)** A convocação de audiência pública pela Administração deve ser feita com antecedência mínima de 5 dias úteis.
- d)** A audiência pública poderá ser realizada apenas presencialmente, sem possibilidade de manifestação de interessados.

QUESTÃO 15

15 - Conforme Art. 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- I** - Vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado
- II** - Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III** - Fundo de garantia do tempo de serviço;
- IV** - Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
- V** - Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a)** () I é falsa
- b)** () I e II são verdadeiras
- c)** () II e III são falsas
- d)** () Todas as afirmações são falsas

QUESTÃO 16

16 – Incluem-se entre os bens dos Estados (Art. 26 da Constituição Federal):

- I** - As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;
- II** - As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;
- III** - As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;
- IV** - As terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) ☐ I e V são verdadeiras
- b) ☐ I e II são verdadeiras
- c) ☐ II e III são falsas
- d) ☐ Todas as afirmações são verdadeiras

QUESTÃO 17

17 - De acordo com o Art. 129 da Constituição Federal, são funções institucionais do Ministério Público:

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- c) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
- d) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior.

QUESTÃO 18

18 - Segundo o Código Civil, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem é de:

- a) ☐ 2 anos.
- b) ☐ 3 anos.
- c) ☐ 5 anos.
- d) ☐ 1 ano

QUESTÃO 19

19 - Segundo Código Civil, sobre a decadência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- b) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- d) É anulável a renúncia à decadência fixada em lei.

QUESTÃO 20

20 - Sobre os negócios jurídicos, nos termos do Código Civil, quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de:

- a) 2 anos, a contar da data da conclusão do ato.
- b) 3 anos, a contar da data da conclusão do ato.
- c) 4 anos, a contar da data da conclusão do ato.
- d) 5 anos, a contar da data da conclusão do ato.

REDAÇÃO

Disserte sobre Teoria Geral do Negócio Jurídico. (Vale 10 pontos):

[illegible]

GABARITO OFICIAL - EDITAL 002/2025

**CONCURSO PÚBLICO – Estágio Cobrança Jurídica, Secretaria de
Assuntos Jurídicos e Núcleo de Práticas Jurídicas**

Marque com um X as alternativas corretas, será válida somente uma alternativa por questão:

01)	(A)	(B)	(C)	(D)
02)	(A)	(B)	(C)	(D)
03)	(A)	(B)	(C)	(D)
04)	(A)	(B)	(C)	(D)
05)	(A)	(B)	(C)	(D)
06)	(A)	(B)	(C)	(D)
07)	(A)	(B)	(C)	(D)
08)	(A)	(B)	(C)	(D)
09)	(A)	(B)	(C)	(D)
10)	(A)	(B)	(C)	(D)
11)	(A)	(B)	(C)	(D)
12)	(A)	(B)	(C)	(D)
13)	(A)	(B)	(C)	(D)
14)	(A)	(B)	(C)	(D)
15)	(A)	(B)	(C)	(D)
16)	(A)	(B)	(C)	(D)
17)	(A)	(B)	(C)	(D)
18)	(A)	(B)	(C)	(D)
19)	(A)	(B)	(C)	(D)
20)	(A)	(B)	(C)	(D)

Nome:	CPF:
Assinatura:	